

**MEMÓRIAS NEGRAS DE RESENDE: A INVISIBILIDADE DAS MULHERES
AFRODESCENDETES NA HISTÓRIA DESTA CIDADE NO VALE DO PARAÍBA SUL
FLUMINENSE**

Rosenéia Terezinha de Oliveira¹

RESUMO: A ausência de registros sobre as histórias de vida e memórias das mulheres afrodescendentes na Historiografia da cidade de Resende/RJ são uma realidade inegável que ficou comprovada em pesquisa realizada entre 2019 e 2022, no curso de Mestrado em Ensino de História na UFRRJ. Após a realização de pesquisas nos arquivos históricos do município, encontramos apenas no século XIX, notícias em jornais e periódicos sobre as escravas de ganho, suicídios de escravizadas e crimes por elas cometidos. O principal objetivo desta pesquisa além de visibilizar as histórias de vida das mulheres afrodescendentes é também a produção e divulgação de documentário com as entrevistas das lideranças femininas negras da cidade, que serão utilizadas em salas de aulas. Um dispositivo pedagógico no formato de e-book foi criado para auxiliar os profissionais no uso destas imagens em sala de aula. Ao longo do século XX nenhum registro oficial sobre possíveis lideranças femininas afrodescendentes foi encontrado. A essa ausência, ou apagamento de registros de histórias de vidas e memórias de vidas podemos classificar como apagamento? Uma história situada sobre pessoas subalternizadas na história do Brasil e, como reflexo, na historiografia local. No contexto atual, como se encontra essa parcela importante da população local?

Palavras-chave: História oral; Memórias; Racismo; História Local; Gênero.

ABSTRACT: The absence of records on the life stories and memories of Afro-descendant women in the Historiography of the city of Resende/RJ is an undeniable reality that was proven in research carried out between 2019 and 2022, in the Master's course in History Teaching at UFRRJ. After conducting research in the historical archives of the municipality, we found only in the 19th century, news in newspapers and periodicals about female slaves, suicides of

¹ Mestre em Ensino de História; professora de História na Rede Pública de Ensino de Resende/RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8129199914409464>. E-mail: roseneiaterezinha@outlook.com.

female slaves and crimes committed by them. The main objective of this research, in addition to making the life stories of Afro-descendant women visible, is also the production and dissemination of a documentary with the interviews of black female leaders in the city, which will be used in classrooms. A pedagogical device in e-book format was created to assist professionals in the use of these images in the classroom. Throughout the 20th century, no official record of possible Afro-descendant female leaders was found. Can this absence or erasure of records of life stories and memories of lives be classified as erasure? A story about people who are subordinated in the history of Brazil and, as a result, in the local historiography. In the current context, how is this important portion of the local population?

Keywords: Oral history; Memoirs; Racism; Local History; Gender.

Introdução

Minha pesquisa começou a ser gestada quando, ao ser convidada para apresentar uma palestra sobre o Dia Internacional da Mulher numa instituição religiosa na cidade de Resende/RJ homenageei, dentre outras mulheres, Maria da Penha Maia Fernandes, cujo nome simboliza, no Brasil, a luta para combater a violência de gênero. relatei suas lutas para que seu agressor fosse punido e seu esforço para que a legislação específica para esse tipo de crime fosse modificada de forma que a tornasse mais rígida – o que, de fato, aconteceu.

Fui parabenizada por todos os presentes após a minha apresentação. As atividades da instituição continuaram enquanto fui ao *hall* de entrada beber água e conversar com a recepcionista. Nesse momento, passou por nós um homem desconhecido que me agrediu com um tapa nas nádegas e, segurando meu braço, falou que com ele “não tinha esse ‘negócio’ de Maria da Penha não! Eu bato mesmo...”. Depois, o homem saiu do ambiente como se nada tivesse feito de errado. Nós ficamos tão atônitas que demoramos a esboçar uma reação.

No dia seguinte, registrei um boletim de ocorrência contra ele pela ameaça. Após esses fatos, fui convidada a voltar na mesma instituição para “conversar” com a diretoria e entendi que me apoiariam pelo incidente

desagradável ocorrido ali, mas tive uma triste surpresa: fui pressionada por todos a retirar a “queixa” contra o indivíduo agressor que, segundo eles, poderia estar “deprimido” devido à morte recente da esposa e afirmaram que ele só queria “brincar” comigo. Como me recusei a atender tais pedidos, passei a ser acusada de desequilibrada e incompetente, porque frisei “demais” a biografia da Maria da Penha e, por isso, o agressor pode ter se sentido “incomodado”. Também afirmaram que “se soubessem que eu era feminista, não teriam me convidado para fazer o estudo naquela noite de 8 de março”. Diante disso, afastei-me oficialmente daquela instituição onde, também, ocupava o cargo de secretária e atuava na assistência social.

Após seis meses do ocorrido, fomos convocados (eu, o agressor e os advogados) a comparecer ao fórum de Resende para uma audiência de conciliação. Lá, ele assumiu o que fez, pediu desculpas e solicitou o não cumprimento da pena de prestação de serviços físicos porque estava adoentado. Dispôs-se a indenizar-me pelo ato “impensado”, nas palavras dele, proposta que o conciliador prontamente atendeu com a minha anuência. Foi estipulada a indenização financeira e o pedido público de desculpas por escrito, como sentença pelo ato cometido. Por fim, vale afirmar ainda que, ao longo desse período, uma campanha difamatória a meu respeito foi engendrada por alguns membros daquela instituição, uma vez que continuei a apresentar palestras em outras instituições similares, conforme afirmaram diversos amigos que deixei na instituição.

Esses acontecimentos me fizeram refletir sobre diversos aspectos. Primeiro, se eu fosse uma mulher branca e casada, teria sido oprimida e agredida como fui pelo desconhecido e pela diretoria da instituição? Segundo, por que tal comportamento de leniência em relação ao homem branco (agressor) por parte da instituição? Quantas mulheres negras são agredidas e responsabilizadas pelo fato de não terem a oportunidade e coragem de reação? O silenciamento que quiseram me impor era apenas

por eu ser uma mulher negra? Em outros ambientes, as pessoas reagiriam da mesma maneira? O que pensam os que agem dessa forma?

Muitos amigos, quando souberam do ocorrido, sugeriram que eu evitasse comentar o assunto, mas optei por falar, apesar da tristeza e decepção. Nessas falas, encontrei outras mulheres que haviam passado por situação semelhante, inclusive jovens das turmas em que eu lecionava História e Geografia numa escola municipal. Com isso, percebi a vulnerabilidade das mulheres, em especial das não brancas, em nossa sociedade. Algumas admitiram não terem reagido por temor da reação do agressor, da família e da sociedade. Numa das turmas, quando contei minha história, uma garota relatou que sua mãe era agredida por qualquer motivo, até quando o almoço atrasava. Nesse momento, alguns meninos disseram que o homem estava certo, afinal, ele era “trabalhador” e tinha horário a cumprir. A mãe da garota nunca registrou as agressões. Toda a família é composta por negros, bem como a maior parte dos estudantes dessas turmas.

A escritora estadunidense bell hooks, em seu livro *E eu não sou uma mulher? – Mulheres Negras e Feminismos* (2020), ressalta que os homens, em uma sociedade patriarcal, são fanaticamente comprometidos com o domínio masculino, mas costumam pensar que nunca usarão a brutalidade para oprimir as mulheres. Ela afirma que

[...] ainda assim, na mais tenra idade, meninos são socializados para considerar mulheres suas inimigas e ameaças ao status viril e ao poder [...], na medida em que crescem, aprendem que a agressão direcionada às mulheres diminui a ansiedade e o medo de que o poder viril seja usurpado. (hooks, 2020, p. 175).

Essa raiva e ódio às mulheres levam ao estado de misoginia quase congênita que vivenciamos hoje em nossa sociedade, e que ficou bem demonstrada na reação explosiva dos meninos em relação ao relato sobre a violência doméstica feito por uma garota. Será uma caminhada difícil, mas necessária, tentar esclarecer sobre o malefício para a sociedade dessa forma

de pensar, sentir e agir de muitos homens, que assim o são há gerações, que receberam uma educação excludente, machista e misógina e, nesse caso, que ignora questões étnicas.

Segundo bell hooks, em seu artigo "Intelectuais negras",

Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar a avaliação e endosso críticos das próprias estruturas institucionais e de indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender. Muitas vezes temos de ser capazes de afirmar que o trabalho que fazemos é valioso mesmo que não seja julgado assim dentro de estruturas socialmente legitimadas. Afirmando no isolamento que o trabalho que fazemos pode ter impacto significativo numa estrutura coletiva, devemos com frequência tomar a iniciativa de chamar a atenção para o nosso trabalho de um modo que reforce e fortaleça um senso de público (hooks, 1995, p. 474).

Expor as vivências dolorosas não é algo fácil, mas o modo com que relatei a minha experiência, no início desse texto, foi terapêutico para mim. Além disso, quando falo, tenho a oportunidade de escutar as histórias de outras mulheres, proporcionando um fortalecimento de convicções pessoais. Falar sobre a violência machista e racista não é algo comum em determinados ambientes, mas se faz necessário para descortinar comportamentos aparentemente afáveis e dóceis que, no íntimo, escondem o mau caráter do indivíduo já acomodado numa elite social dominadora, patriarcal, heterossexual e branca, o qual se sente incomodado ao perceber que alguém diferente dele, que julga subalterno, fale sobre a realidade da maioria da população que é marginalizada historicamente, reagindo com atitudes agressivas e repressivas diante de quem julga estar se insurgindo contra a ordem estabelecida.

Quando nos dirigimos a jovens estudantes nas escolas, percebemos que as meninas têm o desejo urgente de relatar as experiências pessoais e familiares sobre a violência doméstica. Por outro lado, não raro, há a reação contrariada de alguns meninos em relação a esse assunto. Nesses casos, podemos perceber a introjeção dos conceitos machistas e patriarcais que já

foram inculcados neles por seus responsáveis. Em situações assim, os conflitos são inevitáveis e é necessária uma dose forte de segurança e domínio desse tema por parte do professor para esclarecer aos estudantes esses pontos sensíveis da boa convivência social.

O tema desta pesquisa requer uma contextualização do Vale do Paraíba, da Região das Agulhas Negras, onde se localiza Resende, e a sua importância na História do Brasil. O desenvolvimento desse vale começou devido à ótima localização entre as capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, a meio caminho das minas de ouro no século XVIII, o que fez com que inicialmente a economia se baseasse na fabricação de anil, açúcar e plantações variadas. Em 1770, foram trazidas as primeiras mudas de café, que teve seu plantio incentivado no local. Segundo o professor e historiador Ênio Sebastião Cardozo de Oliveira, em seu texto "O paradigma da extinção: desaparecimento dos índios Puris em Campo Alegre, sul do Vale do Paraíba", antes da formação dos povoados nessa região o "ouro seria, portanto, um dos fatores que poderiam explicar as primeiras levas de povoadores e o aumento populacional na região, justificando assim, sua elevação à freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre, pelo alvará de 2 de janeiro de 1757" (MUAZE; SALLES, 2015, p. 163).

Para a produção do café para exportação, as fazendas chegaram a empregar, em 1877 cerca de 11.075 escravos (PRADO apud SALLES, 2008, p.319). Ainda, segundo Salles, esse quantitativo de mão de obra nos cafezais da região só foi possível devido ao tráfico ilegal de cativos africanos que, no período, era oficialmente proibido pela Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Também, segundo o pesquisador Alain el Youssef (YOUSSEF apud SALLES; MUAZE, 2015, p.142), comentando sobre a plataforma dos Regressistas que justificava esse comércio, publicada no Jornal *O Sete d'Abril* em 1º de agosto de 1835, por Bernardo Pereira de Vasconcellos, um defensor do escravismo, afirma que a escravidão "era acomodada a nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos,

que melhoravam de condição". Para Vasconcellos, a proibição do comércio de cativos não deveria ser "objeto de lei, mas que devia se deixar ao tempo e ao progresso do país".

De fato, o forte enriquecimento da classe senhorial nessa região do Vale do Paraíba no sul Fluminense, não só com a produção do café, mas também com o "infame" comércio de cativos, alçou-os ao patamar de influenciadores diretos da formação econômica do jovem império brasileiro e também da cultura e políticas estabelecidas desde então.

É bom lembrar que o território de Resende, nesse período, era muito mais extenso, ocupando o Vale do Paraíba Sul Fluminense. Em 1850, com a crise do café, as fazendas tiveram que diversificar sua produção. Mesmo com a crise econômica, a vida cultural da região se manteve dinâmica nesses períodos. Havia muitos jornais e periódicos circulando na cidade de Resende, que se dedicavam em seus classificados a anunciar ofertas para aluguel e vendas de diversos produtos (cabras, vacas leiteiras, imóveis urbanos e rurais, instrumentos agrícolas, mão de obra escravizada). Também questões políticas e situações de violência urbana eram noticiadas.

Mas o que chama a atenção é o fato de que, como em toda historiografia do país, também a história local ter dado pouco (ou nenhum) destaque ao protagonismo de pessoas não brancas nas questões políticas, sociais e culturais. Sobre as mulheres, então, somente as brancas recebiam algum destaque – quando acontecia. Quanto às negras, somente sua disponibilização para aluguel e/ou quando cometiam algum crime, recebiam destaque no noticiário local.

A partir do século XX, há um silenciamento em relação a essa parcela da população - mulheres não brancas e homens negros - no que se refere a publicações de literatura, livros didáticos, jornais e periódicos, e também quanto à produção econômica e ocupação de espaços de poder. Essa situação nos impõe questionamentos como: não houve nenhum tipo de protagonismo da população afrodescendente nas lutas abolicionistas, nas

conquistas pós-abolicionistas e na construção desse tal “passado e presente” dessa região? As mulheres negras não participaram dessa construção sociocultural? Nunca ocuparam espaços de poder? Que razões levam a tal invisibilização dos afrodescendentes na região que, turisticamente, ainda se denomina “Vale do café”?

Segundo Mariana Muaze e Ricardo Salles, essa região,

Era percebida como o esteio econômico do império e o *locus* de sua classe dominante. Nessa área, historicamente construída as relações políticas, econômicas, sociais e culturais emprenharam de significados o acidente geográfico que lhe servia de base territorial. [...] ele ainda alimentava economicamente o porto e a praça do Rio de Janeiro, e política e culturalmente, estava em simbiose com a corte imperial. Por isso [...] o mais correto, seguindo Orlando Valverde, fosse falar em Bacia do Paraíba, região que compreenderia todas essas áreas e suas configurações socioeconômicas (MUAZE; SALES, 2015, p. 14).

Do ponto de vista socioeconômico e cultural, continua sendo um dos maiores centros financeiros, tecnológicos e de difusão de conhecimentos no país. Tendo como base a cidade de Resende, e refletindo sobre a difusão de conhecimentos, e dando um salto na história, chegamos ao ano de 1944, quando do início da instalação na cidade da Academia Militar das Agulhas Negras, que só recebeu este nome em 23 de abril de 1951. Ao longo dos seus mais de duzentos anos de existência, a Academia Militar ocupou seis sedes. A partir de 1812, ela passou pelo Largo de São Francisco, pela Praia Vermelha, por Porto Alegre e pelo Realengo.

A influência sociocultural e econômica desse complexo educativo militar na cidade de Resende é explícita e vem de longa data. Muitos que atualmente são civis passaram pelos bancos escolares da AMAN, hoje são profissionais da área de Saúde, Educação, Comércio e Indústria, ajudando a movimentar a economia da cidade ao longo dos últimos 70 anos de presença desta instituição militar na cidade. A sua influência é tão efetiva que, ao longo do período da ditadura militar (1964-1985) e ainda hoje, a cidade de Resende ganhou mais uma denominação, “cidade dos *milicos*”.

Essa adjetivação pode ser compreendida pela existência, no contexto atual, de uma permanência de estruturas, valores e comportamentos socioculturais que se remetem ao que Muaze e Salles definem como a classe senhorial, e que tinham as seguintes características, no século XIX:

[...] associadas à escravidão e à grande propriedade rural, não se formava apenas em seu fazer econômico. Formava-se com todo um modo de vida, um *habitus*, entendido como formas de ser, sentir e agir não apenas reflexivas coetâneo com o *habitus* aristocrático do mundo europeu do século XIX, marcado, no entanto, pela ascensão da burguesia (MUAZE; SALLES, 2015, p. 16).

Na atualidade, para muitos moradores da cidade (e da região, pois a AMAN atende aos municípios da Região das Agulhas Negras em diversos aspectos), ser reconhecido como originário da cidade dos “milicos” chega a ser motivo de orgulho e distinção social que envaidece, especialmente nos tempos de predomínio sociopolítico das forças armadas na administração federal. E aí, mais uma vez, uma categoria social muito visibilizada no Vale do Paraíba se destaca no comando do país, como no Império o faziam os originados da classe senhorial, só que agora vestida com uniformes (mesmo que imaginários) “verde-oliva”, e que trazem para a vida social urbana da região hábitos e comportamentos que condizem com a caserna.

No presente, como no passado, os afrodescendentes têm pouco acesso às benesses desse *status* social. Quando se destaca a participação feminina, especialmente a feminina negra nos processos sociais de acesso aos espaços de poder, vemos que o processo de invisibilização e silenciamento continua ativo e com vigor renovado e adaptado à realidade do momento político vigente no país.

A primeira faculdade inaugurada em Resende, fundada em 1964, pelo professor Coronel Antônio Esteves, cujo corpo docente era – e ainda é – composto prioritariamente por professores militares, oferecia os cursos de Economia, Pedagogia e Administração, formando centenas de profissionais civis dentro de uma dinâmica educacional que repete o conservadorismo e

a disciplina do exército em todos os aspectos. Não é à toa que a sociedade resendense atualmente pode ser definida como ultraconservadora, em especial no que tange às questões de preservação de histórias e memórias de populações invisíveis e vulneráveis, e de acesso aos espaços públicos de poder. Diante deste fato, tenho que questionar: por que os dados históricos da população afrodescendente da cidade ainda permanecem tão pouco divulgados, especialmente sobre mulheres negras? Quais, entre as mais de cinquenta unidades de saúde, atendem às necessidades especiais da população negra da cidade? Essas questões estão pendentes de resposta.

O apagamento das histórias de vida das mulheres negras é constante e se detecta no ensino de história, tanto nacional quanto local. A invisibilidade social e curricular da história de populações afrodescendentes, devido ao silenciamento imposto pelo racismo e a estereotipia negativa na escola, é grave. Segundo a pesquisadora Júnia Sales Pereira, é “no bojo desse fundamento que se encontra o silenciamento em face do racismo e da estereotipia que marcam a escolarização brasileira” (PEREIRA, 2014, p. 188). Essa estereotipia, apontada por Pereira, pode ser encontrada na obra *Projeto Araribá Mais*, livro didático de História, utilizado desde 2018 na rede Municipal de Educação de Resende, que traz em seu conteúdo, para turmas de 7º anos do Ensino Fundamental, temas como “Reinos e Povos da África”, “América: Terra de muitos povos”, “A colonização da América” e nos oitavos e nonos anos nenhuma menção aos afrodescendentes escravizados ou libertos no Brasil ou na América. É como se nada mais houvesse ocorrido na história dessas populações no Brasil.

O mesmo acontece com a obra paradidática *Resende Passado Presente* (DIAS, 2014), distribuída a todas as bibliotecas das escolas públicas municipais. Nessa obra – dedicada a contar a História de Resende –, em duas páginas se exploram as temáticas referentes à escravização africana no Brasil, o período abolicionista e pós-abolicionista, sem menções ao protagonismo da população afrodescendente nesses processos históricos através dos

movimentos políticos e rebeliões. Sobre a participação de mulheres afrodescendentes, nada é apontado em ambas as obras citadas. Uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo dessas duas obras didáticas utilizadas nas escolas do município será realizada no capítulo três dessa dissertação.

Registrar na história local, mesmo que de forma incipiente, a participação das mulheres negras na construção sociocultural de Resende, é um dos principais objetivos deste artigo, que atenderá as exigências da Lei 10.639/03 que instituiu o ensino de História da África e dos Afrodescendentes no Ensino Básico Nacional. O aprofundamento do conteúdo estabelecido na lei encontra-se no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História Afro-brasileira e Africana, de outubro de 2004.

O conteúdo das DCN's apresenta um panorama histórico sobre a condição da criança negra na Educação, ao longo da História. O texto toca em questões importantes para o afrodescendente brasileiro, como a necessidade de políticas de reparação, a urgente desconstrução do mito da democracia racial, aborda questionamentos comuns dos educadores como se deve ou não designar aos alunos como negros e desmistifica afirmações equivocadas como a de que negros se discriminam entre si e são racistas também. A intenção não é de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar os currículos escolares para a diversidade racial, cultural, social e econômica presente na sociedade brasileira.

Em nove de janeiro de 2003, foi publicada a íntegra da lei 10.639, que torna obrigatório no currículo dos estabelecimentos da rede de ensino oficiais a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e em seu artigo 1º, §2º indica que "os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação artística e de Literatura e História Brasileira" (DCN, 2004, p.35).

Fruto de pressões sociais feitas principalmente por parte do movimento negro, essa lei foi alvo de intensos ataques, críticas, debates e discussões na sociedade e no Congresso Nacional, quando de sua votação; e ainda continua a ser criticada por setores ditos 'conservadores' de nossa sociedade. De fato, tornou-se um primeiro passo na busca por reparação e valorização da história e cultura dos afrodescendentes e, também, da valorização da ancestralidade dessa população quando exige o ensino da História da África. Mas ainda há muito que caminhar no sentido de “ampliar os currículos escolares para a diversidade racial, cultural, social e econômica presente na sociedade brasileira”. (DCN, 2004, p.11).

Também é necessário frisar que a pesquisa, a elaboração do projeto dessa lei, seu debate e aprovação pelo Congresso Nacional serviu para comprovar que havia historicamente a existência de um Estado com estruturas racistas fundamentadas no ensino de apenas uma perspectiva social, a eurocêntrica. A sanção da lei 10.639/03 ocorreu durante a vigência de um governo declaradamente progressista em relação às causas socioculturais e econômicas, no final do período de redemocratização sociopolítica nacional, como uma promessa do início da reparação das injustiças sociais cometidas ao longo dos quinhentos anos de história no Brasil contra a população afrodescendente.

“O que o racismo fez com você?”²

Enquanto profissional da Educação, tenho que ter a consciência dos processos de mutilações mentais, epidérmicas e emocionais impostas pela parte da sociedade que se acredita superior e branca e que, através de incentivos a um sistema de genocídio biofísico dos não brancos, impõe a compreensão e aceitação de uma democracia racialmente ultra seletiva, de

² Para este subtítulo, inspirei-me na pergunta de Grada Kilomba (2019.p.226).

modo que afrodescendentes e indígenas (ou qualquer outra pessoa que não se encaixe nos moldes europeus) não tenham espaço como cidadãos.

Uma das estratégias utilizadas para a negação do espaço social aos não brancos é a de inculcar, desde a mais tenra idade, a autonegação de suas características étnicas para evitar ser vítima de rejeição social, conseguindo, assim, fazer com que esse cidadão, acredite em sua inferioridade. Essa atribuição da alteridade e da condição de outro que deve ser confinado no lugar que lhe foi imposto, pode explicar o modo como reagem muitos meninos ao escutarem relatos de violência doméstica feitos por meninas em sala de aula, utilizando-se da violência verbal como argumento nas discussões e debates sobre o assunto.

Olhando pelo 'retrovisor' de minha vida, percebo que o racismo sofrido por mim naquela agressão ao final de uma palestra³, não foi o primeiro episódio, mas o mais significativo, um marco na minha história individual, que acabou se forjando através do engajamento em grupos feministas e movimentos sociais. Foi o que me fez mergulhar na busca por mais conhecimento sobre a nossa sociedade no ambiente acadêmico, para que, futuramente, possa atuar com maior propriedade no combate ao racismo, ao machismo e à violência contra as mulheres e, além disso, ajudar a promover também a visibilidade e empoderamento das mulheres negras. O episódio de agressão que sofri me fez acordar para a necessidade urgente de valorizar a fala e a voz dos que são oprimidos, os quais nem sempre, como eu, tiveram a oportunidade de reagir a tais agressões. hooks salienta que

[...] é impossível que floresçam intelectuais negras se não tivermos uma crença essencial em nós mesmas, no valor de nosso trabalho e um endosso correspondente do mundo a nossa volta para apoiá-lo e alimentá-lo. Muitas vezes não podemos procurar nos lugares tradicionais o reconhecimento de nosso valor, temos a

³ Refiro-me aqui a agressão e ameaça sofrida por mim quando, ao término de uma palestra sobre o dia internacional da mulher, fui ameaçada por um homem da assistência; a direção da instituição se posicionou favorável ao agressor a quem definiram como 'depressivo'.

responsabilidade de buscá-lo fora e até criar diferentes locações. (hooks, 1995, p. 10).

Foram as razões descritas acima que me levaram, junto a outros profissionais, a construir o projeto “130 anos de Abolição: Realidade ou Ilusão?”, em 2018, na Escola Municipal Noel de Carvalho, em Resende. O título do projeto é uma homenagem ao tema do samba-enredo da escola de samba carioca GRES Mangueira de 1988, que, naquele ano, focou nas comemorações dos 100 anos da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Também busquei na letra do samba-enredo da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis de 2018, cujo título era “Monstro é aquele que não sabe amar (os filhos abandonados da pátria que os pariu)”, como motivador para o início das atividades com os estudantes.

No período da primeira semana de fevereiro daquele ano, antes do início das aulas, colocamos no papel nossas ideias sobre as atividades com esse tema, de modo que professores de diversas áreas pudessem contribuir. Para nossa surpresa, algumas orientadoras pedagógicas, juntamente com outros profissionais da escola, foram contrárias ao tema, as quais disseram que estava fora do contexto tal discussão com os alunos e sugeriram que explorássemos a Copa do Mundo como tema do Projeto Pedagógico. Como éramos maioria, insistimos e levamos adiante as atividades, convidando palestrantes que trabalham nas políticas públicas sobre a violência contra a mulher, pesquisadores das relações étnico-raciais, grupos de dança tradicional africana (ONG Pedra Sonora), capoeiristas de projetos em bairros da cidade, dentre outros cidadãos que contribuíram com o evento, com suas falas em rodas de conversas.

No currículo de História do 7º ano, os objetos de estudo iam desde a antiguidade africana até o período da mineração no Brasil; no 8º ano, desde a mineração até a proclamação da República; no 9º ano, da proclamação da República até a Era Vargas. Para os professores de História foi muito interessante essa troca com os colaboradores que vinham conversar com os

estudantes. A culminância do projeto aconteceu em junho, com um grande “banquete africano”, construído em conjunto por estudantes e professores das diversas áreas, além das apresentações artísticas promovidas pelos alunos e as ONGs e pesquisadores que participaram das rodas de conversa na primeira etapa do projeto. Muito elogiado, esse projeto se estendeu pelo segundo semestre, abarcando “Os 70 anos da declaração universal dos direitos humanos e os 30 anos da constituição”, com a mesma dinâmica do primeiro semestre.

Utilizei, nos parágrafos anteriores, alguns verbos no pretérito porque, no ano letivo seguinte (2019), o currículo de História e Geografia foi modificado pela Secretaria Municipal de Educação - Resende. Antes, o ano letivo era dividido em três etapas. A partir de então, passou a ser dividido em quatro bimestres e, como resultado, os assuntos relativos às relações étnico-raciais foram colocados para o último bimestre (outubro/novembro). Antes, tínhamos todo o primeiro semestre; agora, cerca de 40 dias no final do ano. Mesmo questionando sobre essa mudança curricular, ela foi oficializada.

Essa mudança curricular teria sido uma tentativa de silenciamento? Estávamos seguindo a Lei 10.639/03, que instituiu o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas diversas disciplinas do Ensino Básico. O interesse e a motivação dos estudantes ficaram evidentes quando pudemos dar um tempo maior ao estudo e discussões sobre diversos assuntos relacionados ao racismo, às desigualdades sociais, à necropolítica, à violência contra a mulher e contra os jovens negros e à invisibilidade da mulher negra na História de nossa cidade. A quem incomodamos?

Em relação a esse incômodo provocado pelas atividades do nosso projeto, encontrei, na obra *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano* (2019), uma discussão sobre as diversas nuances da ação dos dominadores, do sujeito branco em relação ao negro nas sociedades ocidentais na atualidade. No capítulo intitulado “A Máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização”, a autora discute a imposição do silêncio

aos povos oprimidos nessas sociedades com base no conceito de repressão de Freud, explicando que

[...] a repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”. Falar torna-se assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida. A impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo (KILOMBA, 2019, p. 42).

As modificações impostas ao currículo pelo poder público demonstram que não há interesse dos gestores em incentivar discussões e atividades que favoreçam o contato da comunidade escolar com profissionais e pesquisadores que trabalham com temas importantes para nossa sociedade, como o racismo e a violência.

Visando iniciar a implementação de um currículo multicultural para História, tal como explica Maurício Silva, em seu texto “Educação e Relações étnico-raciais no Brasil: Tensões entre os Currículos Afrocentrados e Eurocentrados”:

A adesão [a um currículo multicultural] nasce da constatação de que é no campo curricular que as tensões raciais adquirem uma de suas expressões máximas, na medida em que refletem o ideário de grupos raciais dominantes e se manifestam como narrativas com alto grau de racialização (SILVA *apud* ROCHA, 2021, p. 26).

Será necessário enfrentar a torrente de empecilhos que sempre são colocados à inserção de conteúdo afrocentrado nos currículos tradicionais nas redes públicas de nossa cidade. Devemos questionar sempre as modificações impostas às narrativas curriculares, conforme o exemplo acima, buscando fontes e pesquisas sobre o assunto e transpondo didaticamente esse conteúdo para os estudantes.

No projeto original, ao longo do mês de setembro daquele ano, realizei uma aula-passeio no centro histórico de Resende. Após uma visita à Praça Oliveira Botelho, à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, à Casa de

Cultura Macedo Miranda (Arquivo Histórico Municipal) e ao Cemitério Senhor dos Passos, alguns estudantes questionaram a ausência de citação dos atos de mulheres no século XIX, tanto das brancas quanto das negras escravizadas e libertas. Também questionaram o porquê da pouca divulgação, na história da cidade, de mulheres negras que tenham exercido cargos ou lideranças na sociedade.

Os questionamentos dos jovens eram parecidos com os meus – enquanto mulher negra e profissional da Educação – uma vez que, em minha origem familiar, convivi com mulheres negras, profissionais excelentes, mas que viviam se queixando da falta de valorização de seu trabalho. Sempre entendi esses lamentos como uma forma de desabafo e aconselhamento para mim, ainda na infância. Depois, na adolescência, comecei a compreender que tal desvalorização estava ligada ao racismo e, atualmente, entendo que era um racismo estruturado numa visão de subalternidade da mulher negra pela sociedade branca e patriarcal dominante em nossa cidade.

Sabemos, pela própria experiência, que, enquanto mulheres, interrogamos e estudamos o passado de uma forma particular, própria de quem vivenciou ao longo da existência a submissão a ideias e atitudes como as da família patriarcal, do machismo presente nas relações profissionais, do sobrepeso na responsabilidade na administração do lar e na educação dos filhos e das ingerências sobre nossas opções sexuais, além de outros fatores. Há, sim, memórias a serem revisitadas e registradas por serem especificamente femininas e negras. A mulher negra foi quem experimentou a subalternidade e a submissão em todos os momentos da história da sociedade brasileira, sempre tidas como as “mães pretas”, “amas de leite”, dentre outros termos.

Segundo Lélia González, o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da “mucama”, quando afirma que

[...] a doméstica é a mucama permitida, a da prestação de serviço, o burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas. [...] os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação depende da situação em que somos vistas (GONZÁLEZ, 2019, p. 237).

Para as mulheres negras, a sobrecarga social é ainda mais cruel em nosso país, uma vez que, historicamente, ocupam cargos e executam trabalhos nos quais a remuneração é menor, se comparada à população branca. Segundo Sueli Carneiro, em seu texto “Mulheres Negras na Educação: desafios para a sociedade brasileira”, contido no livro *Gênero e Educação* (2016), as mulheres negras no Brasil representavam 27,8% da população do país, segundo dados do IBGE de 2016, formando um contingente de 58.566.935 de pessoas e era perceptível uma grande desigualdade educacional entre mulheres brancas e negras – mesmo as negras sendo a maioria na população do país – na medida em que seus acessos à educação escolar sempre foram dificultados por fatores históricos já mencionados. Segundo a autora:

as desigualdades na educação a partir dos grupos de cor e sexo ficam explícitas nas análises históricas, conforme já realizado pelo Informe *Gênero e Educação* [...], que apresenta dados relativos à melhor participação e melhor desempenho das mulheres na maioria dos indicadores educacionais, contudo destacava “[...] as grandes desigualdades entre elas, sobretudo com relação às variáveis cor/raça e local de residência (urbano/rural) [...]”, que desnudam as distâncias entre mulheres negras e brancas, e das negras em relação aos homens brancos, conformando assim a estratificação social resultante de desvantagens históricas sofridas pela população negra (CARNEIRO, 2016, p. 125).

Naturalmente, essa situação dificulta o acesso à escolarização, à saúde e às políticas públicas de segurança com qualidade. Segundo Mauricio Pestana, em São Paulo, em 2014,

[...] apenas 8% das empresas (que) estão preocupadas em promover a igualdade racial em seus quadros revelaram ter políticas de integração e promoção para esse grupo (negros), contra 28,3% de vagas destinadas a portadores de deficiências, 17% para mulheres e 9,4% para quem tem mais de 45 anos de idade (PESTANA, 2016).

Em sua coluna, Maurício Pestana não especifica, do total de 17% de vagas destinadas às mulheres nas empresas paulistanas, quantas eram para as negras. Essa vulnerabilidade no mercado de trabalho para os negros, e em especial para as mulheres negras, demonstra a falta de políticas públicas eficientes para a promoção da inclusão dos afrodescendentes no mercado profissional mais competitivo e com salários mais altos, uma vez que “homens e mulheres negras continuam relegados à base da pirâmide, com salários inferiores aos de seus colegas de outras raças e com escasso acesso a postos de responsabilidade na hierarquia corporativa” (PESTANA, 2016).

No contexto da pandemia de Covid 19 acontece a piora da situação de pobreza e extrema pobreza identificada principalmente entre mulheres. Segundo algumas pesquisas esse fenômeno denomina-se como feminização da pobreza (IPEA, 2005). Esse conceito é mais percebido quando a família é chefiada por mulheres. Nos dados da PNAD, 2018, “Se consideramos a linha de pobreza de menos de US\$ 5,5 diários per capita, 39,6% das mulheres brancas sem cônjuge e com filhos até 14 anos se encontram em situação de pobreza, sendo que 68,4% estão entre os 50% com menores rendimentos. Já entre as mulheres negras com o mesmo arranjo familiar, 63% estão abaixo da linha da pobreza e 87,8% se localiza entre os 50% com menores rendimentos (dados da Pnad Contínua de 2018)”.

Não é possível ignorar a dimensão racial embutida nesse debate tendo em vista a desvantagem que existe nas famílias chefiadas por mulheres negras. Essas disparidades, demonstradas em diversas pesquisas fazem com que essa parcela da sociedade continue vivenciando essa dupla experiência: ser mulher negra e pobre, e assim mantendo-se na base da hierarquia social.

Neste período de pandemia a extrema pobreza no país aumentou afetando diretamente a parcela da população historicamente mais vulnerável – as mulheres pretas. Segundo João Hallak coordenador do SIS (Sistema de Informação em Saúde) “Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza do Banco Mundial, 70% eram de cor preta ou parda, enquanto a

população que se declarou com essa característica era de 56,3% da população total. A pobreza afetou ainda mais as mulheres pretas ou pardas: eram 28,7% da população, mas 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres" (HALLAK citado por SARAIVA. IBGE. 2020).

Esse retrocesso socioeconômico derivado da necessidade do distanciamento social para controle do contágio pelo SARSCov-19 penalizou pesadamente as mulheres negras brasileiras uma vez que essa " população [...] está mais presente na informalidade, possui menos anos de estudo, está em atividades que remuneram menos, então tudo isso contribui para que a renda do trabalho seja menor. Certamente, todos esses elementos tanto do mercado de trabalho quanto de fora do mercado de trabalho fazem com que tenham um rendimento domiciliar per capita inferior e se insiram relativamente mais nessas categorias de pobreza e extrema pobreza" (HALLAK citado por SARAIVA:IBGE, 2020).

A necessidade do distanciamento social imposta pelo novo Coronavírus fez acentuar no Brasil o entendimento do conceito de que há uma "feminização da pobreza" (IPEA, 2005) porque ficou mais fácil pontuar as enormes dificuldades que atingiram as mulheres pobres com a pandemia do Covid 19. As mulheres, sobretudo as negras, em sua maioria moradoras de comunidades e periferias, trabalhadoras autônomas e informais sentem mais fortemente os impactos causados pela pandemia.

São as empregadas domésticas, diaristas, manicures, balconistas, caixas de supermercados e padarias e que estão na linha de frente nos cuidados com saúde ou subempregos para os quais não existe home Office. Além disso, vivendo em comunidades que são verdadeiros aglomerados humanos sem saneamento básico adequado tem dificuldade de acesso as medidas de higiene necessárias para evitar o contágio.

A prova de que no Brasil a pobreza é "um substantivo feminino" (e negro) e de que a feminização da pobreza é um processo contínuo, foi a constatação de que a primeira morte por Covid 19 registrada no Rio de

Janeiro vitimou uma empregada doméstica de 63 anos e com problemas de saúde e que para melhorar a renda familiar percorria semanalmente cerca de 120 km, de sua casa em Miguel Pereira no Sul Fluminense até o apartamento dos patrões no alto Leblon o bairro que tem o metro quadrado mais valorizado do país.

Mais um beco construído pela história que precisa ser saneado com medidas mais humanas e justas.

Becos da História⁴

Toda a reflexão anterior me estimulou a optar, por este tema para minha dissertação de mestrado. Resgatei a história de vida de mulheres negras que atuaram, e ainda atuam, na sociedade resendense, mas que foram invisibilizadas pelo fato de não serem brancas. O objetivo era deixar suas falas e imagens como um documento no qual ficariam registradas suas trajetórias pessoais, profissionais e sociais, para ser visto e estudado nas salas de aulas do Ensino Básico e superior. O material serve também para fomentar discussões sobre o racismo estrutural, o feminismo negro, a subalternidade e a invisibilidade das mulheres não brancas e o racismo “genderizado”, dentre outras questões.

Para começar, fui pesquisar na Casa de Cultura Macedo Miranda, que abrigava o Arquivo Histórico Municipal e os registros em jornais, livros e revistas, onde encontrei algumas preciosidades sobre as mulheres não brancas no século XIX. Descreverei alguns exemplos de publicações aqui. No jornal *O Astro Resendense*, na edição de dezembro de 1869, encontrei um anúncio nos classificados, feito pelo subdelegado de polícia da cidade, o capitão José Gregório Thaumaturgo, que tornava público, nas formas da lei, a proibição de atividades nas chamadas “casas de negócios”, devido ao fato de que os donos dessas instituições e caixeiros permitiam que escravizados de ambos

⁴ Subtítulo inspirado na obra *Becos da memória*, de Conceição Evaristo.

os sexos ficassem por tempo “dilatado” disponibilizados ao público (dia e noite) em uma situação que o autor define como “abuso”, prometendo punir os infratores caso flagrasse estabelecimentos nessas situações (Cf. Figura 1). Nessa publicação, podemos identificar o abuso dos corpos escravizados para venda na área urbana da cidade e supor que boa parte desses escravizados era do sexo feminino, meninas castigadas de uma forma mais intensa, por serem negras e mulheres.

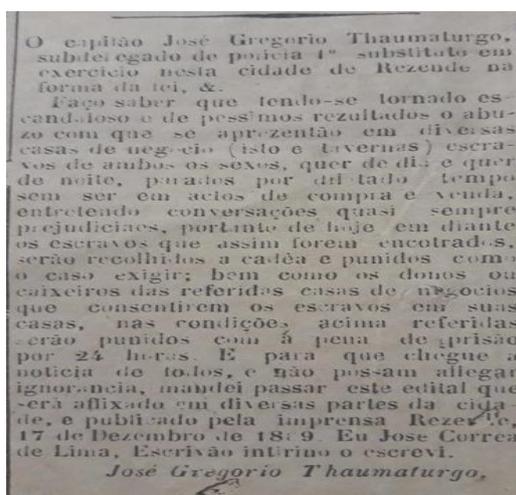


Figura 1 - Anúncio feito pelo subdelegado de polícia da cidade de Resende

Fonte: ASTRO REZENDENSE. Resende, edição de dezembro, 1869.

Em outro anúncio, a própria tipografia do jornal *O Astro Rezendense*, edição de janeiro de 1870, servia de ponto de referência para quem estivesse interessado em comprar uma “escrava jovem e sadia com preço razoável” (Cf. Figura 2). Esse anúncio, sem a indicação do nome do anunciante, está publicado junto a outro, de uma “cabra leiteira muito mansa”, também mantendo o anonimato sobre o proprietário. Tal tipo de publicação, comum no período, demonstra a objetificação e animalização do corpo negro, em especial da jovem negra, que era oferecido nos classificados dos jornais como mais uma peça para trabalho, como qualquer outro utensílio doméstico. Nem

o nome nem a idade dessa escravizada são informados no anúncio, denotando a sua pouca importância social.

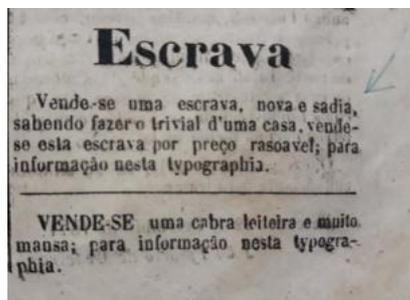


Figura 2 - Comércio de peças de trabalho

Fonte: ASTRO REZENDENSE. Resende, edição de janeiro, 1870

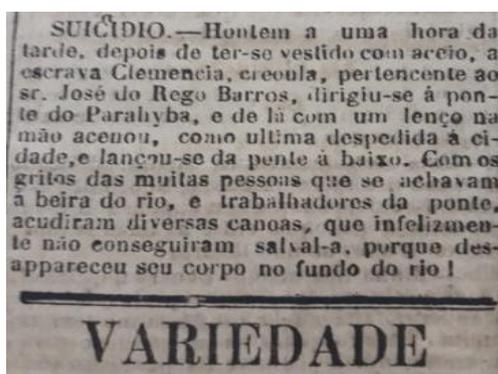


Figura 3 - Suicídio de escravizada

Fonte: ASTRO REZENDENSE, Resende, edição de agosto, 1872

Na mesma publicação, em agosto de 1872, evidencia-se, na página de variedades, a publicação do suicídio da escrava Clemência, que teria se atirado nas águas do Rio Paraíba do Sul, onde o jornalista descreve o "asseio" com que se vestiu para praticar o ato tido como "insano" (Cf. Figura 3). Muitas pessoas tentaram salvá-la, mas não conseguiram. Além disso, no jornal *O Itatiaya*, edição de dezembro de 1876, notabiliza-se a publicação de outro suicídio, da escrava Joanna, septuagenária que, após ter sido severamente castigada por sua proprietária, atirou-se nas águas do rio Paraíba do Sul, segundo testemunhas arroladas pelo jornal (Cf. Figura 4).

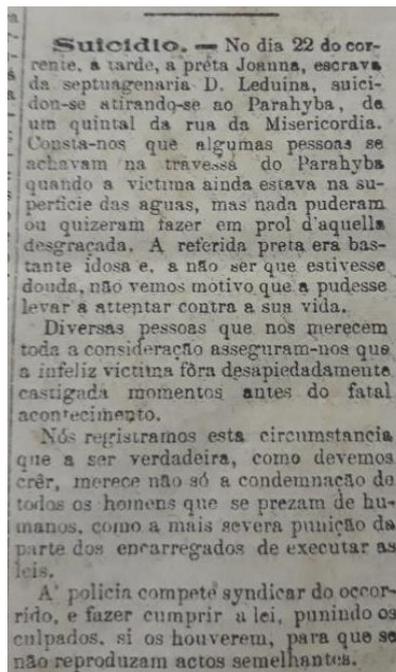


Figura 4 - Suicídio de escravizada

Fonte: O ITATIAYA. Resende, nº11, edição de dezembro, 1876

A rotina estafante e humilhante a que eram submetidos os escravizados nas cidades e lavouras brasileiras, como na cidade de Resende no período descrito nos exemplos das publicações colocadas acima, demonstra que essa carga era muito mais pesada quando se tratava de uma mulher. “A mulher negra escravizada não era tão valorizada quanto o homem negro escravizado. Em média, o homem escravizado era mais caro que a mulher escravizada” (hooks, 2020, p. 37). A observação de bell hooks, mesmo referindo-se ao mercado escravista estadunidense do século XVIII, demonstra que o peso do sofrimento imposto pela escravização africana no continente americano era mais cruel sobre as mulheres, fato que se repetia em todos os países que, naquele período, adotavam o sistema escravista de exploração de mão de obra.

Nos jornais pesquisados, a forma de se referir ao escravizado era diferenciada quando se tratava de homem ou mulher. Os valores oferecidos nas vendas também eram mais altos quando se tratava de jovens negros. As

mulheres escravizadas, além de mais baratas, eram oferecidas para fazer todo tipo de trabalho, inclusive aqueles que aos homens escravizados não eram impostos, como os trabalhos domésticos e a prostituição.

Por essa razão, observa-se nas publicações dos editais de matrículas para os recém-nascidos escravizados (Cf. Figura 5), e também nos obituários (Cf. Figura 6), que a expectativa de vida das mulheres escravizadas era menor do que a dos homens. Isso me leva a pensar que as excessivas exigências de trabalhos sobre as mulheres escravizadas as tornavam fisicamente mais debilitadas, o que repercutia em sua longevidade.

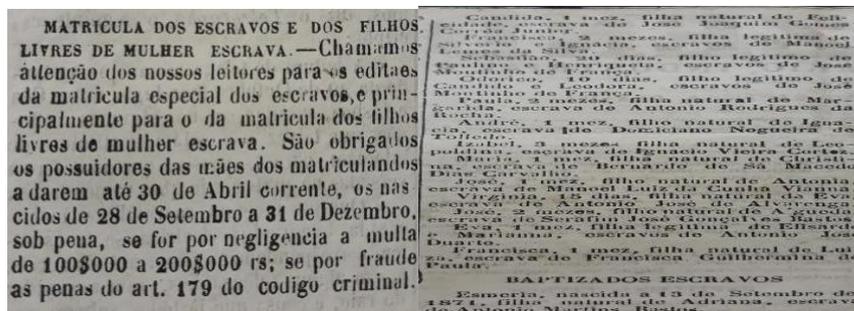


Figura 5 - Chamada pública para matrícula e batismo de escravizados

Fonte: O TIMBURIBÁ. Resende, edição de fevereiro, 1872

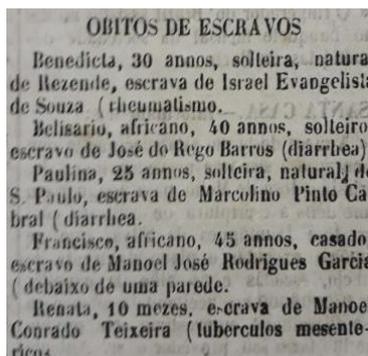


Figura 6 - Obituário de escravizados

Fonte: O TIMBURIBÁ. Resende, edição de fevereiro, 1872

Além desses registros sobre a presença de mulheres negras, escravizadas e libertas na sociedade resendense no século XIX, muito se encontra sobre o dia a dia de lavadeiras, amas-secas e amas de leite. Também se registram com frequência os crimes cometidos por elas, sempre sendo o aspecto negativo da vida cotidiana ressaltado nessas publicações.

Sobre esse aspecto, Keila Grimberg, em seu texto “A História nos Porões dos Arquivos Judiciários”, descreve detalhes sobre o assassinato de Antônio Homem Abranches Brandão, ocorrido em novembro de 1859, na cidade de Resende, que ficou conhecido na imprensa regional e na cidade como “o crime da escrava Paula”. Esse homicídio, ou latrocínio, segundo os registros das investigações da época, fora cometido por Paula, seu irmão João Batista e José, filho de Paula, além de Manoel Francolino, amigo deles e escravo de Antônio José Dias Carneiro. Naquela noite de novembro de 1859, Paula deu aguardente às crianças Alexandrina e Joaquim (seus dois filhos) e à Mônica, uma agregada da casa, todos escravos de Abranches Brandão. Ao chegar em casa, por volta das 22h, Abranches foi agarrado e asfixiado pelos três homens sob o olhar de Paula. O grupo, após ocultar o cadáver de Abranches Brandão dentro da casa (para, na manhã seguinte, jogá-lo próximo ao rio Sesmaria), saqueou a residência retirando jóias e alimentos. Muitos questionaram na época o porquê de tanta crueldade, se desejavam apenas roubar o proprietário da residência (GRINBERG, 2017, p. 135).

Durante o processo de investigação do crime, foram presos os autores que, em um primeiro depoimento, negaram a participação no assassinato. No segundo depoimento, um dos acusados, João Batista, esclarece os reais motivos para o assassinato de Abranches Brandão, conforme declaração dele extraída no processo criminal de 1859:

Na quarta-feira da semana finda, seu senhor [...] mandou para casa de Israel Evangelista de Souza, onde ele respondente se achava alugado, o que ele respondente não foi, porque na noite antecedente o dito senhor tinha procurado forçar uma mulatinha escrava [...] de nome Alexandrina, filha da parda Paula, e irmã do

pardo José e sobrinha dele respondente, o que o mesmo seu senhor tentara desde que faleceu a senhora mulher dele, isto tanto de dia como de noite; e até mandou fazer uma cama perto da cama dele, dizendo que era para a dita mulatinha dormir ali, pelo que a dita Paula andava muito zangada, bem como o referido José (BATISTA *apud* GRINBERG, 2017, p. 135).

Diante do exposto na fonte citada, percebemos que todos os acusados tinham suas razões para castigar Abranches. No entanto, esse crime ficou conhecido nas crônicas policiais da época como o “crime da escrava Paula”, talvez porque, entre outras questões, Paula tivesse o desejo de se vingar do seu patrão por abusar sexualmente de sua filha Alexandrina, um crime comum na época, quando perpetrado pelos homens de “bem” contra as escravizadas, mas tido como hediondo nos dias atuais. Lembrando que Paula não agiu sozinha, então por que só ela ficou conhecida pelo latrocínio?

A cidade de Resende, naquele período, tinha uma população em torno de 24.188 entre pessoas livres e escravizadas, segundo João de Azevedo Carneiro Maia (autor do livro *Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende desde a sua Fundação, de 1891*), sendo, aproximadamente, 6.220 homens escravizados e 4.103 mulheres escravizadas, somando um total de quase 10.323 escravizados. Diante da população total da cidade, observa-se um alto número de pessoas não brancas escravizadas e, dentre elas, um número menor de mulheres afrodescendentes escravizadas (Cf. Figura 7).

— 256 —

N. 1
População do município de Resende, e particularmente da paróquia da cidade nos annos de 1856 e 1872

MUNICIPIO. — POPULAÇÃO LIVRE EM 1856

PAROQUIAS	Fogos	Homens	Mulheres	Menores	Solteiros	Casados	Viuvas	Total
Cidade.....	1.369	3.737	3.507	2.985	4.792	2.090	362	7.244
Campo Bello..	416	1.068	1.017	903	1.341	644	100	2.085
S. Vicente....	549	1.484	1.428	1.249	1.886	900	126	2.912
Sant'Anna....	307	831	793	717	1.070	498	56	1.684
	2.641	7.120	6.745	5.854	9.080	4.132	644	13.865

POPULAÇÃO ESCRAVA EM 1856

PAROQUIAS	Fogos	Homens	Mulheres	Menores	Solteiros	Casados	Viuvas	Total
Cidade.....	1.369	3.340	2.181	2.320	4.477	867	177	5.521
Campo Bello..	416	1.089	621	391	1.230	418	62	1.710
S. Vicente....	549	836	591	465	1.120	272	35	1.427
Sant'Anna....	307	955	710	385	1.174	456	35	1.655
	2.641	6.220	4.103	3.561	8.001	2.013	309	10.323

Total da população livre e escrava..... 24.188

N. 2
População da paróquia de N. S. da Conceição em 1872

FOGOS	LIVRE			ES CRAVA			TOTAL
	Homens	Mulheres	Menores	Homens	Mulheres	Menores	
1.740	2.734	2.770	3.195	1.890	1.321	899	12.809

POPULAÇÃO DA CIDADE
Era a população urbana em 1872 de..... 2.865 habitantes
Dita rural da paróquia da cidade..... 9.944
Total..... 12.809

Havendo na cidade 392 casas, segundo o lançamento da collectoria em 1872, corresponde a 7 para 8 habitantes por casa.

Figura 7 - Estatísticas sobre a população de Resende

Fonte: MAIA, João Carneio de Azevedo. *Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende desde a sua Fundação*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, (1891, p. 256).

A “escrava” Paula era liberta, mas negra, e seus filhos ainda eram escravizados. Essa situação a obrigava a continuar convivendo com seu antigo senhor para não se afastar de suas crianças. Qualquer mulher, no lugar de Paula, reagiria mal diante da constatação do abuso sexual cometido contra sua filha e, nesse caso, agravado por uma situação de humilhante e cruel escravização. Fica claro no processo que ela não matou, objetivamente, o seu patrão, mas sim, foi cúmplice dos outros acusados. Então, por que, ainda hoje, “carrega” a fama de ter sido a assassina de Abranches? Talvez pelo costume de responsabilizar, com maior peso, a mulher que participa de algo condenável pela sociedade.

Com o passar dos anos essa situação de injustiças tem se repetido cotidianamente no país, muitas pesquisas e estudos tem sido apresentados neste sentido e para nossa discussão utilizo o trabalho de Iara Maribondo Albuquerque, em sua dissertação de mestrado *Violência sexual e discriminação racial: influência na responsabilização da vítima*, afirma que

a realidade pode ser um pouco pior quando se trata das mulheres negras inseridas neste contexto (de violência sexual). [...] sofrem as consequências do efeito aditivo entre preconceito racial e relação hierárquica de gênero, são duplamente discriminadas: por ser mulher e por carregar uma herança histórica cruel relativa ao preconceito racial (ALBUQUERQUE, 2015, p. 21).

Mesmo porque essas mulheres “são as que perdem anos de vida devido a uma subordinação secular, relacionada ao gênero, à raça e à classe social” (BARBOSA *apud* ALBUQUERQUE, 2015, p. 21), tendo poucas oportunidades para sair sozinha dessa situação sem o apoio social ou de políticas públicas direcionadas a sua proteção e preparação para inserção no mundo do trabalho.

Em nosso país, o papel sexual e social da mulher negra foi marcado pela escravidão – condição em que o abuso sexual praticado pelo homem branco era comum e tolerado – pois a mulher negra era tratada como mercadoria numa relação de coisificação. Dessa forma, a relação sexual e o abuso eram socialmente aceitáveis, desde que praticados na informalidade. Foi o caso da menina Alexandrina, filha de Paula, que, aos 12 anos, conheceu não só a escravização pelo fato de ser negra, como também a violência sexual perpetrada pelo homem branco com quem convivia sob o mesmo teto. Uma criança como ela, em 1859, compunha o grupo das pessoas mais vulneráveis daquela sociedade: os menores negros. Esse grupo era numericamente inferior aos outros grupos, como demonstram as estatísticas de Azevedo Maia, mencionadas acima (Cf. Figura 7).

Em março de 2020, minhas buscas foram interrompidas pelo fechamento da Casa de Cultura Macedo Miranda, onde estavam arquivados inúmeros jornais, periódicos e revistas que registram a história de Resende. O

Decreto Municipal nº 13.106, – assinado pelo prefeito de Resende-RJ, Diogo Gonçalves Balieiro Diniz, que considerou a declaração de emergência em saúde feita pela Organização Mundial de Saúde e declarou a COVID-19 uma pandemia – fez com que se cumprissem algumas regras para o distanciamento social; entre elas, a suspensão das atividades nos serviços não essenciais, incluindo as escolas em todos os níveis, bem como a Casa de Cultura Macedo Miranda, de cujo acervo vinha retirando as informações para cartografar a vida de mulheres negras que viveram na cidade de Resende.

Diante dessa situação inesperada, de modo a dar continuidade ao levantamento da presença de mulheres negras na cidade de Resende, recorri a informações disponíveis no *site* do clube Kilombo Ngangu (<http://kilombongangu.com>) ^{A2}, criado em 2019 pela comunidade negra da cidade. Trata-se de um clube social de interesse público “com pilares na filosofia de aldeia do conhecimento”, segundo um de seus criadores, Cloves Alves. Nele, encontram-se registradas, de forma resumida, as trajetórias de vida e lutas de homens e mulheres negras que viveram em Resende, ao longo dos séculos XX e XXI. Farei uso desse mapeamento sobre tais personagens através dos slides, conforme se encontram no *site*.

Inicialmente, há a senhora Esterlina Ferreira, famosa mãe de santo e jogueira da cidade, que se mudou para Resende na década de trinta do século XX. Não há registros de sua data de falecimento (Cf. Figura 8).



Estelina Ferreira, nasceu na cidade de Barra do Pirai, foi registrada em Resende no ano de 1933.
Filha de Vicente Ferreira e Maria Almerinda da Conceição, casou se com Benedito Gardino Augusto, teve 6 filhos e criou, sete sobrinhos filhos de duas irmãs falecidas ainda jovens.
Estelina foi Domestica e cozinheira, Ubandista, grande representante das cultras afro brasileiras e grande jongueira.



Figura 8 - Jongueira e mãe de santo Esterlina Ferreira

Fonte: <<https://kilombongangu.com>>. Acesso em 26 jun. 2020.

Destacamos outra jongueira, Maria Aparecida Freitas (1916-2007), que é homenageada com um resumo sobre sua história de vida (Cf. Figura 8). Sua filha, Sônia Maria Freitas, me concedeu uma entrevista que fará parte do documentário desta pesquisa. Freitas chamou a atenção para a vida difícil que sua mãe teve em família, tendo sido vítima de violência doméstica e, mesmo assim, sempre que podia se reunia com amigos para cantar e dançar o jongo no bairro Santo Amaro. Além disso, falou das lutas de sua mãe para preservar a cultura negra na cidade de Resende, pois, além de jongueira, também era sambista. Sua herança cultural reflete-se na formação dos filhos, em especial de Sônia Freitas que, até janeiro de 2020, ocupou o cargo de Coordenadora da Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura de Resende.



Figura 9 - Jongueira Maria Aparecida de Freitas

Fonte: <<https://kilombongangu.com>>. Acesso em 26 jun. 2020.

A sambista Maria Lucia Cerqueira Diniz, a dona “Dadi” (nascimento/morte: não declarados), desfilou em algumas agremiações do samba resendense (Cf. Figura 10). Funcionária da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), sempre se esforçava em ajudar outras pessoas a passar em concursos públicos para a AMAN ou outras instituições. Sua presença alegre ainda é reverenciada pelos mais antigos que a conheceram.

A industrial e costureira Beatriz Therezinha de Freitas (1932-2001), nascida em Petrópolis/RJ, foi outro ícone no carnaval resendense (Cf. Figura 11). Passista, porta-bandeira e baiana da Escola de Samba Unidos do Manejo tinha, além do samba no pé, o talento para desenhar e confeccionar suas fantasias e de outros componentes da agremiação.



Figura 10 - Sambista Maria Lucia C. Diniz

Fonte: <<https://kilombongangu.com>>. Acesso em 26 jun. 2020.



Figura 11 - Sambista Beatriz T. de Freitas

Fonte: OLIVEIRA, Rosenéia T. de. Imagem da Sambista Beatriz T. de Freitas. Resende/RJ, Fevereiro, 1980.

Outra jongueira e animadora cultural, Valdirene Souza da Costa (1970-2013), nascida em Resende, contribuiu bastante para a divulgação da cultura afro-brasileira em nossa cidade, participando de rodas de conversa e dança para grupos de terceira idade e de reuniões pedagógicas nas escolas públicas da cidade, sempre com o objetivo de transmitir o conhecimento sobre a cultura negra herdada de seus pais e avós a um maior número de pessoas (Cf. Figura 12). Parte de seu trabalho foi por mim registrado e fará parte das imagens do documentário, um vídeo com as imagens dela ensinando professores da Rede Estadual de Educação como dançar o jongo é inédito e data de junho de 2012.



Figura 12 - Jongueira Valdirene Costa

Fonte: <https://kilombongangu.com> – acesso em 26 de junho de 2020.

Vale aqui ressaltar que o jongo ou caxambu, enquanto cultura e ato de resistência dos negros, teve suas origens na região africana do Congo Angola. Chegou ao Brasil colônia com os negros de origem Bantu – um gupo etnolinguístico localizado na África subsaariana – antes, inapropriadamente, chamada de África Negra, que se localiza ao sul do deserto do Saara. É constituída de 48 estados cujas fronteiras resultaram da descolonização, e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes, que foram trazidos para o trabalho forçado no Brasil.

No Vale do Paraíba, mais precisamente no Sul Fluminense, o jongo ainda resiste em algumas comunidades. Ainda hoje, é praticado em algumas cidades de sua região original, ao Sul do Rio de Janeiro, ao Norte de São Paulo e na região das fazendas de café em Minas Gerais, onde também é chamado de “Caxambu”.

Segundo Aldjane Prata (2019), “o jongo sempre deixou claro que havia uma comunicação secreta entre os escravos e que também se trabalhava a educação e o respeito. A estrutura do jongo, a fala, e o ponto deixam claro que ali havia códigos secretos que os senhores de escravos não conseguiam

decifrar. Percebe-se um processo educativo forte, o respeito aos mais velhos e a ancestralidade” (PRATA, 2019).

Para Martha Abreu, em “O samba carioca e o legado da última geração de africanos escravizados do Sudeste”, há relações inegáveis entre a criação do samba carioca e as manifestações culturais, como o jongo, já existentes na região do Vale do café e sua migração para a capital no pós-abolição:

É importante destacar a atuação de um grupo específico de migrantes negros: os descendentes da última geração de africanos e escravizados do Sudeste, oriundos dos velhos vales do café do interior do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (grupo formado por fluminenses, mineiros e paulistas, nas palavras de Nei Lopes). Seus representantes provinham de diferentes áreas do Sudeste, mas trouxeram para a cidade do Rio de Janeiro uma experiência histórica e cultural comum, logo visível e localizável nos morros, subúrbios e áreas rurais da baixada fluminense, através de seus jongs, calangos, folias de reis, macumbas e umbandas. [...] foram presenças marcantes na fundação das escolas de samba, a partir do final da década de 1920 (ABREU, 2014, p. 10).

Esses migrantes, mesmo sendo de diferentes origens ancestrais, compartilhavam de proximidades linguísticas, religiosas, musicais e políticas, o que, segundo Abreu, facilitou a criação de elementos de coesão e solidariedade nas experiências do cativo nos cafezais, em grande parte localizados na região Sul fluminense do Vale do Paraíba. A reconstrução do canto responsório (chamado e resposta) em terras do café poderemos assistir na oficina filmada por mim com a jogueira Valdirene Silva em 2012.

Após a abolição, ao migrarem para longe das lembranças de sofrimentos no cativo, esses afrodescendentes levaram consigo esse conhecimento cultural que, unido a outros, de outras partes do país, deu origem ao samba carioca. Na região da cidade de Resende, local desta pesquisa, não se encontram mais praticantes do jongo; o samba também é pouco praticado e, somente alguns grupos de capoeira, quase todos

patrocinados pelo poder público, ainda sobrevivem com seus projetos comunitários e educacionais.

Somente na região da cidade de Pinheiral/RJ, encontramos ainda grupos de jongueiros organizados em coletivos, como no Projeto Educacional “Vem pra Roda”, de Aldjane Prata, em Pinheiral/RJ; o jongo de Arrozal, em Piraí/RJ; o grupo Caxambu, de Vassouras; jongo de Barra do Piraí; jongo de Bracuí, Angra dos Reis; jongo do Quilombo⁵ de São José da Serra, Valença. Em Pinheiral, encontra-se o Centro de Referência do Estudo Afro do Sul fluminense (CREASF) fundado em 1998 para preservar o jongo e suas tradições, patrimônio cultural imaterial tombado pelo IPHAN em 2005, e que recebe professores e alunos, além do público em geral com interesse pela cultura do Vale do Café fluminense.

Em Resende, há a intenção, mas, ainda intenção, na Coordenadoria da Igualdade Racial/SMDH de atuar na recuperação dos grupos de jongo. Esse apagamento de uma cultura tão importante deve-se ao “desmonte e deslegitimação da escravidão na segunda metade do século XIX” (ABREU, 2016, p.11). Considerando seu papel de protagonismo nas lutas finais pela abolição, promovendo compras de alforrias, lutas coletivas e desestabilização do domínio senhorial no Vale do Paraíba Sul Fluminense, por que então esse esquecimento, invisibilização ou “enterramento” dessa memória cultural na cidade de Resende? A quem interessa, ou interessou, esse apagamento? Daí a importância desta pesquisa de Mestrado, que pode auxiliar na recuperação dessas memórias esquecidas, na cidade de Resende.

Se os migrantes dessa região, os ex-escravizados, contribuíram para a criação do samba carioca, segundo Abreu, e ao longo do século XX, nos carnavais de Resende, as agremiações de escolas de samba eram o destaque, protagonizando desfiles na Praça Oliveira Botelho e, a partir da

⁵ Não encontrei registros da presença do jongo no Quilombo de Sant'Anna, em Quatis/RJ, cidade do Vale do Paraíba.

década de 1980, na Avenida Rita Ferreira da Rocha (beira-rio), por que então, a partir do século XXI não encontramos mais essas manifestações culturais na cidade ? Daqui saíram para o Rio de Janeiro alguns dos criadores do samba de escolas, mas a criatura, aqui em Resende definhou por quê?

Esse esclarecimento precisa acontecer...

Por último, apresento a maestrina e cantora Sara Maria Gomes (1958-2018), que ministrou aulas de música a centenas de resendenses (Cf. Figura 13). Formou também alguns corais temáticos na cidade, bem como ensinou piano na Casa de Cultura Macedo Miranda e em algumas escolas públicas e instituições religiosas.

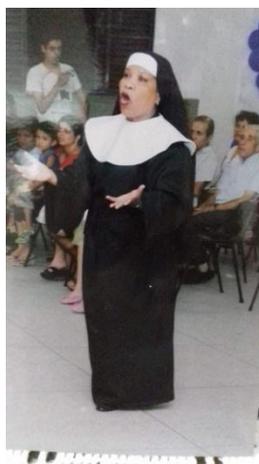


Figura 13 - Apresentação Maestrina Sara Maria Gomes

Fonte: OLIVEIRA, Rosenéia T. de. Resende/RJ: Dezembro de 2012.

Naturalmente, nem todas as lideranças femininas negras puderam ser alcançadas nesse mapeamento, mas serão homenageadas pelo exemplo de luta e dedicação das mulheres que foram aqui citadas através do documentário Memórias Negras de Resende. Levar a história de vida dessas mulheres para as salas de aula, através do documentário, é fazer justiça com a história do município e, além disso, uma forma de garantir aos jovens o direito ao conhecimento e a oportunidade de valorizar a memória popular das

comunidades que formam a cidade de Resende, promovendo, assim, uma apropriação de um lugar de fala.

Um lugar de falar

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar o racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Diante do exposto no subtítulo anterior, percebe-se que as personagens elencadas tiveram de enfrentar dificuldades comuns ao período em que viveram e que ainda hoje se manifestam: a luta solitária pela sobrevivência; o machismo estrutural e o racismo genderizado que, por vezes, interrompeu suas trajetórias de vida; as desigualdades de oportunidades devido à invisibilização desse grupo social – de mulheres negras – que historicamente ocupou lugares subalternos, tendo, assim, silenciadas suas histórias de vida.

A escritora Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da Plantação*, analisa a “atemporalidade do racismo cotidiano”, descrevendo esse racismo não apenas como a “reencenação do passado colonial”, mas como uma realidade traumática que tem sido negligenciada por todos nós (KILOMBA, 2019, p. 29). A repetição das cenas de agressões racistas contra as mulheres tem sido naturalizada ao longo da História de nosso país. Algumas ações pontuais, geralmente partindo de movimentos ou coletivos que lutam contra o racismo, têm obtido sucesso na defesa de tais pessoas agredidas. Porém, trata-se de exceções à regra social brasileira, que sempre invisibilizou essa parcela da sociedade.

Mesmo com o surgimento do movimento feminista, no século XIX, houve omissões por parte das mulheres brancas em relação à situação social das negras. Por não ser um movimento uniforme, as manifestações feministas variavam, e ainda variam, de acordo com a inserção do grupo social. Nesse

sentido, Djamila Ribeiro, em seu livro *O que é lugar de fala?* colabora com a discussão de temas referentes à vulnerabilidade das mulheres negras, como o encarceramento, o racismo cultural e a branquitude.

É necessário compreender que a história ocidental, desde sempre, foi escrita em sua quase totalidade por homens brancos e, em função disso, Ribeiro (2017) discute em sua obra que o entendimento e apropriação do lugar de fala passam necessariamente pelo entendimento de que as palavras (em nosso caso, registradas por historiadores brancos) não são construções mecânicas, mas representações coletivas baseadas nas experiências do autor.

A própria Djamila Ribeiro, sendo mulher negra e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, engajada em movimentos políticos e sociais, mostra-nos que sua relação de poder não a desloca de seu lugar de fala porque emprega seus conhecimentos para a compreensão desse lugar social marginalizado historicamente em nosso país. A autora explicita ainda que, mesmo tendo sempre participado de movimentos sociais relevantes no Brasil, as mulheres negras nunca tiveram visibilidade.

Agora, refletindo em bom “pretoguês”, nossa história foi construída por uma sociedade de supremacia racial branca e patriarcal que não se deu ao trabalho de registrar a História de vida de pessoas invisibilizadas pela escravização e, após a abolição, confinada em periferias e favelas, de onde só deveriam sair para trabalhar em serviços subalternos, com baixa remuneração e com submissão social exigida. Além disso, o processo de branqueamento de nossa população – incentivado pelas necropolíticas estatais no Brasil para eliminação gradativa e constante da população não branca a partir da República – não deixa dúvida sobre a necessidade de um registro mais aprofundado das Histórias de vida dessa parcela de nossa sociedade.

A objetificação, ou coisificação, da mulher negra no Brasil, tanto no período escravista quanto no pós-abolição, determinaram seu sumiço nos

registros históricos. Sendo o “Outro do Outro”, segundo Kilomba (2017), sobreviveu nas sombras sociais, sem voz, sem corpo e sem pensamento. Infantilizada e subalternizada, essa mulher encontrou algum alento nas lideranças herdadas da cultura ancestral africana das religiões, no canto e na dança, no jongo e nos terreiros, como Valdirene Costa, Esterlina Ferreira e a maestrina Sara Maria Gomes. Citando a norte-americana Patricia Hill Collins, Djamila Ribeiro introduz em sua obra o conceito *outsider within* (forasteiro de dentro), que aponta para a importância de que a mulher negra se utilize de forma criativa do lugar de marginalidade que ocupa na sociedade para desenvolver teorias e pensamentos diferentes.

A jornalista e ativista social Anielle Franco, em seu texto “Mulheres negras decidem: para onde vamos”, na apresentação do material de pesquisa do Instituto Marielle Franco, afirma que

Muitas mulheres negras foram historicizadas, porém muito mais que isso: mulheres negras construíram ativamente a História, a Ciência, a realidade. Elas são presentes, construtoras e necessárias. Somos sabedoras dessa presença na genealogia ancestral que nos compõe e nos conduz (FRANCO, 2020).

Não somos a sombra do outro. A história demonstra também que não somos invisíveis, mas fomos invisibilizadas por uma sociedade que explora nossa força de trabalho, subestima nossa capacidade intelectual, ridiculariza nossa estética e mata-nos através da necropolítica e da atual pandemia de COVID-19.

Quantas mulheres negras serão visibilizadas pela história como sendo a maioria entre aquelas que perderam seus filhos para a violência do tráfico ou das milícias? Ao longo de toda a história de nosso país, quantas mulheres não brancas tiveram que chorar a perda de seus filhos/companheiros, seja para o feitor no período da escravização ou nas periferias para as polícias militares? E o que foi feito ao longo desse tempo para diminuir essa dor, por parte da sociedade? Assim como a escrava Paula, também as mães de Ághata, João Pedro e Miguel serão penalizadas com a desatenção por parte do poder

público e com o abandono da sociedade e culpabilizadas pela morte de seus entes queridos ou suas prisões? Quantas ainda terão que suportar em silêncio os abusos sexuais e violências domésticas, como Maria Aparecida Freitas?

Mais adiante, no texto, Anielle Franco sinaliza que “essas mulheres fazem muito com o pouco, em um cenário onde os recursos tardam a chegar para os que mais precisam, ou nunca chegam. [...] mas sabem também que apenas com políticas públicas amplas e de qualidade é que a situação de desigualdade sistêmica pode mudar” (FRANCO, 2020). Uma saída para essa situação de invisibilidade histórica é a união em coletivos que visem reivindicar a melhoria na qualidade de vida da comunidade onde vivem, tendo acesso à educação, saúde e segurança, além de um trabalho digno, com remuneração suficiente para sustentar a si e sua família.

Em Resende, no século XIX, os anúncios nos classificados dos jornais faziam equivaler a venda de uma escravizada (Cf. Figura 2) a de uma cabra leiteira. Na história da escrava Paula, vemos o quão cruel foi essa sobrevivência numa sociedade que, na época, como ainda hoje, minimizava os sofrimentos, angústias, saúde e vida dos afrodescendentes. Afirimo “ainda hoje” porque, durante a entrevista realizada por mim com uma das mulheres negras resendenses selecionadas nesta pesquisa (Bebiana Laura dos Santos), fomos interrompidas, desrespeitosamente, por um homem branco que nos “exigiu” que fizéssemos junto com ele uma oração. Estávamos dentro de uma igreja católica, onde havia outras pessoas, inclusive o pároco negro, que nada fizeram. O autoritarismo do homem branco impõe o silenciamento de todos os outros grupos sociais, mas no caso do *mansplaining*⁶ fica claro

⁶ Mansplanning: o termo é utilizado para caracterizar o ato em que um homem tenta explicar algo a uma mulher, assumindo que ela não entenda sobre o assunto, subestimando, implicitamente, a inteligência dela. Outro termo muito recorrente no dia a dia é o chamado **manterrupting**. Nessa situação, um homem interrompe uma mulher e não a deixa concluir suas ideias e falas. Esse é um comportamento retrógrado masculino. Cf. CARTA CAPITAL. Carmen Lúcia, Rosa Weber e a desigualdade de gênero no STF. 12 mai. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carmen-lucia-rosa-weber-e-a-desigualdade-de-genero-no-stf/> Acesso em 28 jul. 2020.

também certa convivência social. Ao perceberem a agressão sofrida por duas mulheres negras que conversavam num ambiente frequentado por outros homens e mulheres, as pessoas presentes a tudo assistiram e não se manifestaram, talvez por entender como normal tal situação. Na ótica dessas pessoas, nós, mulheres negras, podemos sempre ceder às exigências de atenção, cuidado e dedicação para com os outros, em detrimento de nosso bem-estar ou segurança. Nosso direito à privacidade, voz ou protagonismo inexistente para eles, por isso a leniência para as grosserias do homem branco.

A empatia e a alteridade são comportamentos ausentes na sociedade brasileira atualmente. Mesmo entre as mulheres, que sofrem pelo machismo heteronormativo branco, essa falta de solidariedade é visível, conforme observa Úrsula Passos em um texto sobre o livro *Um feminismo decolonial*, de Françoise Vergès, afirmando que:

As desigualdades não mudarão o modo como as mulheres brancas se aproveitam da exploração do trabalho doméstico de mulheres que pertencem a minorias. [...] o feminismo ocidental nunca se questionou sobre os privilégios que são dados às brancas, que repousam sobre o racismo. [...] quando as mulheres europeias não tinham o direito ao divórcio, a estudar e a exercer determinadas profissões, tinham o direito de serem proprietárias de homens e mulheres escravizados [...] e o tinham porque eram brancas, a cor é mais importante que gênero (PASSOS, 2020).

Com a ausência de registros sobre a história de vida das mulheres afrodescendentes na bibliografia de Resende, é comum também ouvir relatos improvisados de benzedeadas e mães de santos, como a senhora Carlinda de Oliveira Jesus, grandes mulheres caridosas que promoviam festas nos dias santos como, por exemplo, 27 de setembro, dia consagrado aos Orixás gêmeos Ibejis⁷ - segundo os fundamentos da Umbanda e do Candomblé (26

⁷ Termo conhecidos na Umbanda e Candomblé para designar os filhos gêmeos de Xangô e Iansã - Leia mais em www.oimparcial.com.br/ibejis - acesso em 20 de março de 2021.

de setembro, dia de Cosme e Damião⁸, no calendário Católico). Atualmente, essa prática está se esvaindo do calendário festivo da cidade devido ao crescimento dos grupos neopentecostais de direita. Ainda não há relatos de agressões físicas a terreiros, mas a luta dos pais e mães de santo tem sido árdua no sentido da promoção da tolerância religiosa.

São tantas as razões que apontam para a necessidade de se apropriar de um lugar de fala para mulheres negras que o caminho mais indicado, de início, é o da Educação. Levar às escolas a oportunidade de conhecer a vida de pessoas especiais da cidade e que foram invisibilizadas pela sociedade é “dar a toda a humanidade a oportunidade de uma visão diferente e original, com novos caminhos de vidas, estabelecendo outras rotas possíveis”. Mesmo porque, segundo o mesmo texto, “sobre racismo não cabe lugar de calar, porque quem cala consente. “Devemos ouvir quem ocupa esse lugar de fala [...], dar representatividade e valor, sina, afronta, debate, luta! É hora de começar um acerto de contas com a História” (DAVI, 2020).

Que assim seja!

Considerações finais

Como toda história importa e deve ser contada e tendo registrado apenas algumas histórias de vida de mulheres afrodescendentes na cidade de Resende nesta Dissertação de Mestrado em Ensino de História/PROFHISTÓRIA, é sem dúvida o momento de avaliar esse trabalho como um todo, as dificuldades, as vitórias, as oportunidades de aprendizado mútuo bem aproveitadas e as emoções afloradas pelo aprofundamento de um conhecimento que era intrínseco a esta mestranda: o racismo estrutural,

⁸ Santos gêmeos de origem árabe que viveram cerca de 300 anos D.C. na Ásia menor. Leia mais em www.oimparcial.com.br/cosme-e-damiao Acesso em 20 de março de 2021.

genderizado e interseccional uma vez que ultrapassa qualquer limite entre raça-classe-gênero, sendo atemporal.

Em muitos dos relatos das personagens que entrevistei para o meu documentário, pude perceber essa angústia causada ao longo de suas vidas e que muito as prejudicaram sobre as características de sua personalidade. Como mulheres negras conheceram cedo a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família; a maioria frequentou apenas os anos básicos da escola, o suficiente para aprender a 'fazer contas e ler o essencial', quando possível. Quando começavam a trabalhar – ainda na infância - era como babás ou empregadas domésticas.

A professora Carla de Moura, em sua Dissertação de Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA “As Marias da Conceição: Por um ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional” ((UFRGS, 2018) afirma que para

Medir a eficácia de uma estratégia de Ensino de História é avaliar se o conhecimento histórico escolar através dela produzido é capaz de buscar e reelaborar o que foi deixado para trás. Entendo que o Ensino de História deve se debruçar sobre como as desigualdades nos acessos e nas violências foram historicamente construídas e sobre as diversas formas de resistência dos grupos historicamente violentados. Dessa forma, estimular o protagonismo das meninas negras é reconhecer as desigualdades a que são socialmente submetidas possibilitando, assim, conspirar para construir caminhos em direção à equidade (MOURA, 2018, p.121)

Por isso escolhi a produção de um documentário sobre mulheres negras na cidade de Resende, colocando em uso antigas práticas de utilizar imagens/filmes/documentários como forma de dinamizar o estudo de determinados conteúdos. Agora um produto autoral, e que não vai parar por aqui. A minha proposta é de, uma vez utilizado em sala de aula possa produzir frutos com o registro de novos depoimentos pelos próprios estudantes com seus familiares e comunidade.

Um material didático produzido com uma linguagem acessível a todos, diferente da historiografia comum, tendo como base/origem o lugar de fala

do entrevistado sobre temas como o racismo estrutural, a atemporalidade do racismo, a interseccionalidade, o eurocentrismo dos conhecimentos produzidos pela escola, a submissão e subalternidade das falas dos povos oprimidos, o silenciamento e a invisibilidade das questões específicas das mulheres afrodescendentes, as desigualdades sociais.

São contribuições necessárias e urgentes ao ensino de História nas escolas brasileiras, que espelham nossa sociedade, onde mais da metade dos indivíduos são – segundo o IBGE, 2010 – autodeclarados pretos e pardos. Essa população que, quando tem acesso a um material didático, se vê retratada de forma preconceituosa, subalternizada, pejorativa, quando é retratada.

Conforme explicita Moura em sua dissertação, “O compartilhamento das ferramentas de falar Interseccionalidade, Lugar de Fala e Conhecimento Situado com as alunas e alunos produzem impactos para o Ensino de História cuja relevância deve ser destacada. Tais categorias permitiram análises complexas das relações sociais nos seus atravessamentos de Raça, Classe e Gênero, no passado e no presente, mas, sobretudo, fizeram emergir narrativas históricas situadas. Em tais narrativas, o passado, seja pela noção de História, seja pela noção de Ancestralidade, é convocado pelas alunas e alunos para se auto narrar, autodenominar ou auto-representar” (MOURA, 2018, p. 122), as possibilidades oferecidas por metodologias como esta auxiliam a libertar comportamentos engessados pelo autoritarismo dos preconceitos históricos impostos aos afrodescendentes neste país.

Considero que a escola deve sempre possibilitar aos alunos e professores o acesso a essas ferramentas educacionais para que possam participar do processo produtivo de conhecimento – um conhecimento situado, como afirma Moura – com significado pra essa comunidade, com a emergência do combate a visão única e silenciadora de outros conhecimentos que é a eurocêntrica. A valorização da ancestralidade africana, para nossos jovens também vai ajudar a combater mais uma nuance de preconceitos: o

idatismo⁹, comportamento comum nos tempos atuais dos jovens em relação aos idosos, que são levados a não valorização dos conhecimentos e falas dos mais velhos, e que venho há anos observando quando a atividade pressupõe a participação de alguém com mais idade (ou idoso).

O conhecimento das histórias de vida dos mais antigos que ainda convivem conosco, auxilia a compreender a situação atual de nossa sociedade, nos possibilita, como diz Moura, “nos auto narrar, autodenominar e auto-representar” (MOURA, 2018.p.122). Essa autonomia é muito necessária para possibilitar o protagonismo dos indivíduos e dos coletivos subalternizados em nossa história, mas, para, além disso, praticar e registrar a própria narrativa, denominação e representatividade será fundamental para que possamos alcançar o ideal de sociedade igualitária.

Ao longo do ano de 2020, a Pandemia de Covid 19 impediu a prática que gostaria de ter feito nas salas de aulas com as imagens produzidas, com estudantes e professores. Como forma de dinamizar o uso destas imagens por outros profissionais também produzi um dispositivo didático com sugestões de atividades com as imagens do documentário.

Que o empoderamento social, cultural e político que venha a ser produzido nos jovens por essa atividade seja o ponto de partida para uma nova era para todos nós, sem distinção de etnias ou classe social, pois como ensina o canto de matriz africana,

A mãe do tempo mandou,
A nova era chegou
Agora vamos plantar..¹⁰.

⁹ Idatismo (ou ageísmo): Este é um termo que diz respeito aos estereótipos com base na idade dos indivíduos e que geram comportamentos discriminatórios em relação aos idosos ou aos muito jovens. Maria Elisa Gonzalez Manso. Rev. Longe viver, Ano I, n. 3, Jul/Ago/Set. São Paulo, 2019: ISSN 2596-027X.p.75.

¹⁰ Hino de Iansã, autoria indefinida, domínio popular. Composição adaptada de Sandro Luiz. www.letras.mus.br/umbanda/pontos-de-iansa Acesso em 22 de junho de 2021.

Assim como Iansã, todas nós mulheres negras, 'quando formos pra batalha, (que) todos os cavaleiros parem, só pra (nos) ver passar...' Cavaleiros de todas as cores, gêneros e origens sociais...

Que Oxóssi e Iansã nos Abençoem!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. CYPRIANO, Eliane. PEREIRA, Anthony Nadaes. O Samba Carioca e o legado da última geração de africanos escravizados do Sudeste. *Samba em Revista*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, ago. 2014.
- ABREU, Martha. Por um Museu de território da Pequena África – Histórias do Pós-Abolição. IPN – Instituto Pretos Novos. Rio de Janeiro, 10 de março de 2021. Oficina *on line* via zoom meet. 19h/21h.
- ABREU, Martha. FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. Entrevista com Mônica Lima e Souza. *Revista História Hoje*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 134-136, jun. 2012.
- ALBUQUERQUE, Iara Maribondo. Violência Sexual e Discriminação Racial: Influência na Responsabilização da Vítima. 2015. Dissertação de Mestrado, UFPB. Centro de ciências humanas e letras. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA. Editora Moderna, 2019. Editora responsável: Ana Cláudia Fernandes. Obra coletiva organizada, concebida e produzida pela Editora Moderna.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História local. *Revista Criar Educação*, Recife, v. 2, n. 2, 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 20 maio 2021.
- BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.
- BOTELHO, Ione Assis de. Diálogo sobre racismo, assédio moral no trabalho e solidão da mulher negra. Rio de Janeiro, 16 jun. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.
- BOULOS, Guilherme. Combate radical à desigualdade. *Carta Capital*. São Paulo, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/boulos-prega-um-combate-radical-a-desigualdade/>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras na educação: desafios para a sociedade brasileira. In: CARREIRA, Denise, et al. (org.). *Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- CARTA CAPITAL. A volta ao vergonhoso mapa da fome. <https://www.cartacapital.com.br/economia/analise-de-volta-ao-vergonhoso-mapa-da-fome/> - acesso em 04 de outubro de 2021.
- COROSSACZ, Valéria Ribeiro. Relatos de Branquitude entre Homens Brancos do Rio de Janeiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 105, p. 43-64, 2014.
- DUARTE, Constância Lima (org). *Escrevivências: Identidade, Gênero e Violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Editora Idea, 2016.
- EMICIDA. Princípios (2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjggvv0xM8Q>. Último acesso em: 11 jan. 2021.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

- FRANCO, Anielle. Mulheres Negras Decidem: Para onde vamos. Le monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-negras-decidem-para-onde-vamos/>. Último acesso em: 19 Jun. 2020.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 67ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREITAS, Sônia Maria. Diálogo sobre gênero, racismo, visibilidade feminina negra e ocupação dos espaços de poder. Rio de Janeiro, 13 mar. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava. Uma Introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2017.
- HARTMAN, Saidya. Vênus em dois atos. Tradução Fernanda Silva e Sousa e Marcelo Ribeiro. Revista Eco-Pós, v. 23, n. 3, 2020 [2004], pp. 12-33.
- HOOKS, Bell. E eu não sou mulher? Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. Revista de Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.
- IPEA Atlas da violência. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Último acesso em: 11 jan. 2020.
- KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LÚCIO, Bianca de Fátima. Diálogo sobre o sentimento de pertencimento cultural e de identidade racial da mulher afrodescendente. Rio de Janeiro, 16 mar. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.
- MAIA, João de Azevedo Carneiro. Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Rezende desde a sua Fundação. Rio de Janeiro: 1891.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.
- MOURA, F. A.; ROCHA, L. L. F. Memória e História: entrevista como procedimento de pesquisa em comunicação. Revista Comunicação Midiática, v.12, n. 2, p. 161-176, maio/ago. 2017.
- MULLER, Tania Mara Pedroso. CARDOZO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.
- MUAZE, Mariana.SALLES, Ricardo. O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Organização Mariana muaze, Ricardo Salles.-1.ed.-Rio de janeiro: 7Letras,2015.
- OLIVEIRA, Juliana. Diálogo sobre o protagonismo feminino. Rio de Janeiro, 13 jun. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do Silêncio: Interpelações Feministas Decoloniais à História da Historiografia. História da Historiografia, v.11, n.28, p.104-140, set-dez, 2018.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Uchô: a história está na terra – narrativas e memórias do povo Puri da Serra da Mantiqueira/[texto e ilustração de]Aline Rochedo Pachamama – Rio de Janeiro: Pachamama, 2020.

PASSOS, Úrsula. Feminismo ocidental nunca questionou privilégios de brancas. 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/feminismo-ocidental-nunca-questionou-privilegios-de-brancas-diz-ativista.shtml>. Último acesso em: 28 jun. 2020.

PEREIRA, Junia Sales. Da ruína à aura: convocações da África no ensino de História. In:MAGALHÃES,Marcelo et al (orgs). Ensino de História: usos do passado, memórias e mídias. Rio de Janeiro: FGV, 2014.p.187-205.

PESTANA, Maurício. Negros na base da pirâmide. Isto é dinheiro. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/blogs-e-colunas/post/20160127/negros-base-piramide/8233>>. Último acesso em: 24 mar. 2020.

PLATAFORMA VITURAL DA COMUNIDADE NEGRA DE RESENDE. Disponível em: <https://www.kilombongagu.blogspot>. Último acesso em: 22 jun. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, jun.1989.

PRATA, Adjane. JONGO: Cultura e Resistência da história dos negros podem ser resgatadas com aprendizagem da dança. Artigo. A Voz da Cidade. 2 de setembro de 2019. Volta redonda-RJ. www.avozdacidade.com/jongo - Acesso em 30 de março de 2021.

RACISMO E ANTIRRACISMO: Reflexões, caminhos e desafios[recurso eletrônico]/organização Wesley Henrique Alves da Rocha.-1.ed.-Curitiba,PR: Editora Bagai, 2021E-book. P.26.

Revista História Hoje. ABREU, Martha. FILHO, Silvio Carvalho. “Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, vol.1. num.1. ANPUH, 2012.

RIBEIRO. Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Bebiana Laura. Diálogo sobre a importância de registrar as memórias do povo afrodescendente. Rio de Janeiro, 07 nov. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.

SARAIVA, Adriana. Síntese de indicadores sociais. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. Agência IBGE de notícias, 12 de novembro de 2020. <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado: Cultura da Memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Andreia Costa. Ensino de História e Mulher Negra: Um olhar interseccional sobre as percepções de estudantes m Conceição do Araguaia/TO. UFTO (Universidade Federal do Tocantins) Campus Araguaína. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/PPGEHIST. Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTORIA. Araguaína/TO, 2020.